



SCHOENSTATT INTERNACIONAL

PRESIDÊNCIA INTERNACIONAL

Pe. Juan Pablo Catoggio – Presidente

Presidência Internacional da Obra internacional de Schoenstatt

Posicionamento frente às acusações de abuso contra o Pe. José Kentenich

Ocasião para este posicionamento são as acusações contra o Fundador da Obra de Schoenstatt, Pe. José Kentenich, primeiro em um artigo de Alexandra von Teuffenbach, no jornal semanal “Die Tagespost”, de 2 de julho de 2020, e em notícias subsequentes na imprensa internacional.

As informações que contêm, “ainda não avaliadas” não são novidade para nós; foram totalmente incluídas na documentação acerca do Fundador de Schoenstatt, no contexto de sua separação temporária de sua Obra (1951-1965) e são objeto de um estudo detalhado por parte das autoridades da Igreja no contexto do processo de beatificação de Kentenich.

Alexandra von Teuffenbach, historiadora da Igreja, que entre outras obras editou o diário de concílio de Pe. Sebastian Tromp SJ, toma a palavra na “Tagespost”, com uma notícia supostamente sensacional: baseando-se em suas pesquisas nos arquivos do Vaticano, agora liberados para o período de governo do Papa Pio XII, pretende revelar “porque o Padre José Kentenich precisou deixar a comunidade de Schoenstatt por ele fundada”. Em síntese: “abuso de poder” e “abuso sexual”. O citado artigo informa que “os verdadeiros motivos para o exílio de Kentenich” até agora não foram mencionados, mas que “os documentos agora liberados podem esclarecer a situação”.

As duas visitas no Instituto das Irmãs de Maria de Schoenstatt (em 1949, pelo então bispo auxiliar Dom Bernhard Stein de Treves, e em 1951-1953 pelo jesuíta encarregado pelo “Santo Ofício” Pe. Sebastian Tromp SJ) são expostas inteiramente a partir da perspectiva dos visitantes, sobretudo do visitador apostólico Tromp. Surge assim uma imagem das Irmãs de Maria cujos matizes vão de extrema falta de autonomia, incapacidade de julgamento e decisão até a dependência infantil e submissão servil sob um Fundador que tudo domina.

Surpreende que a autora, a partir de documentos (ou anotações pessoais?) de Pe. Tromp, assumiu totalmente a visão que ele tem da comunidade e de seus membros. A partir desta perspectiva, interpreta toda a restante documentação, por exemplo, também as cartas de algumas Irmãs ao Papa Pio XII em defesa do Fundador exilado como negativas e “prova de uma relação doentia com o Fundador”. Estas cartas só podem ser interpretadas como sinal da coragem com a qual algumas mulheres, nem tão fracas, se empenharam contra as medidas da Igreja que, segundo elas, eram injustas para com o Fundador e todo o Movimento Apostólico.

Naqueles anos, também os representantes de outras comunidades de Schoenstatt se dirigiram ao Papa com cartas semelhantes. O que a autora não menciona é a lealdade de Schoenstatt para com a Igreja; nos mais de 14 anos do seu exílio, nem J. Kentenich nem os membros de Schoenstatt transformaram a provação por parte da Igreja em tema de uma notícia crítica de imprensa.

Surpreende, ainda, que Tromp seja honrado como alguém que compreende e liberta as mulheres, como defensor da liberdade de expressão e de consciência, porque escutou algumas (poucas) vozes críticas (o que fazia parte da sua incumbência) e lhes deu crédito, sem um diálogo aberto com o próprio fundador. Os membros do Instituto que Tromp recebeu durante o período de sua visita não o vivenciaram como libertador, mas sofreram com seu estilo de interrogatório repressivo, suas (conhecidas também em outros ambientes) explosões temperamentais e tentativas de intimidação, ameaças e imposições de punições por parte da Igreja, assim como o julgamento extremamente negativo sobre o fundador e a comunidade.

A afirmação que as Irmãs eram “obrigadas a se confessarem ao fundador” pode ser refutada por testemunhos contrários. Acresce que J. Kentenich, naquela época, se encontrava continuamente em viagens ao estrangeiro, não por último a fim de conduzir as direções de suas comunidades à autonomia. É enigmático, como a obrigação de se confessar a ele poderia ser concretizada naquela situação de ausência permanente.

A acusação mais pesada é que o Pe. Kentenich abusava de sua autoridade de fundador para com as Irmãs como “pai” e exigia delas serviços sexuais.

Aqui, as afirmações se tornam muito vagas. Primeiro se fala de “uma” Irmã que se teria defendido “contra isso” (contra o quê?). Alguns parágrafos adiante surgem “seis a oito outras que também escreveram” (o quê?). Enfim, o texto afirma “que o abuso sexual primeiro negado foi mais tarde explicado pelo fato que Kentenich teria apenas pretendido solucionar as tensões sexuais das Irmãs por meio ‘do método da psicologia profunda’.” Fato é que o próprio Pe. Kentenich se distancia decididamente, justamente de tal interpretação.

Afirmações vagas ligadas à taxativa afirmação de um abuso sexual não são prova de uma avaliação objetiva e adequada da documentação. Afirmações generalizadas com atributos valorativos não fazem mais do que entrar no jogo do atual debate sobre abusos, sem conhecimento de “toda a história”, nem intenção de a comunicar.

Não é novo, para nós, que tenham havido acusações dentre as fileiras das Irmãs de Maria. O próprio Pe. Kentenich, após a divulgação de uma acusação, prestou detalhadamente contas também ao seu superior sobre o seu procedimento. No entanto, neste contexto, nunca se falou de um abuso sexual, nem literalmente nem no sentido do conteúdo. No processo romano da separação do Pe. Kentenich da sua fundação nunca foi feita a acusação de abuso sexual. A autora do artigo comenta, neste sentido: “A Congregação Romana não expôs as Irmãs e não utilizou o relatório da Irmã entre os motivos” (para o exílio). Esta interpretação parece forçada. Pretende provavelmente ainda justificar de alguma forma a tese do abuso sexual. Sabe-se que então, o “Santo Ofício” não era conhecido por sua reserva frente a acusações de abusos sexuais. A senhora von Teuffenbach não explica porque a mais alta instância da Igreja procurava poupar o Pe. Kentenich ou sua Fundação. Em Roma, ao contrário, constatou-se

repetidamente que a separação do Padre Kentenich de sua obra não foi uma punição, mas sim uma determinação administrativa, ou seja, uma medida tomada por via administrativa em vista de um exame ulterior.

Refutamos decididamente a acusação de que José Kentenich é culpado de abuso sexual de membros das Irmãs de Maria de Schoenstatt. Seu procedimento para com outras pessoas, sobretudo mulheres, foi sempre pronunciadamente respeitoso e expressão de sua estima, assim como determinado pelo princípio da intangibilidade física, que também imprimiu à sua comunidade.

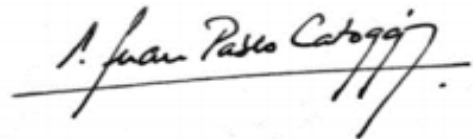
Pe. Kentenich respondeu detalhadamente ao visitador e aos seus superiores em vista da acusação ao abuso de poder e expôs abertamente seu pensamento, seus princípios e seu procedimento.

Em 1965, ou seja, 1966, José Kentenich foi autorizado a regressar a Schoenstatt depois de um exílio de 14 anos. Os decretos que o separavam de sua fundação foram anulados, a Causa do Fundador foi devolvida à então Congregação dos Religiosos. De fato, está assim também refutada a acusação de abuso de poder.

Antes da abertura de um processo de beatificação, a Congregação para a Doutrina da Fé deve emitir, em base à documentação existente no seu arquivo, um assim chamado “Nihil obstat” (uma declaração de que não existe impedimento). Caso exista uma fundada suspeita de comportamento imoral do candidato à beatificação, a Congregação para a Doutrina da Fé não dá luz verde para o início do processo. No caso do Fundador de Schoenstatt, o “Nihil obstat” foi conferido.

A documentação do processo de beatificação inclui toda a documentação do tempo da visitação e do exílio. Desta forma, todas as vozes críticas e acusações são objeto de um estudo detalhado e de uma séria ponderação de todos os fatos dentro de um contexto histórico e espiritual apropriado. O último julgamento neste processo é pronunciado pela Igreja.

Em nome da Presidência Internacional da Obra de Schoenstatt



Pe. Juan Pablo Catoggio

Schoenstatt, 2 de julho de 2020